

v.33 n.2
Jul-Dez/2023

Feminismo decolonial em debate:
perspectivas latino-americanas em
políticas públicas e direitos humanos

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

Praia Vermelha

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

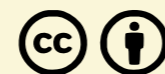
Feminismo decolonial em debate: perspectivas latino-americanas em políticas públicas e direitos humanos

v.33 n.2

Jul-Dez/2023

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITOR

Roberto de Andrade Medronho

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

João Torres de Mello Neto

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Ana Izabel Moura de Carvalho

VICE-DIRETOR

Guilherme Silva de Almeida

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Fátima da Silva Grave Ortiz

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORA ASSOCIADA

Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITORAS AD HOC v.33 n.2

Líliá Guimarães Pougy UFRJ

Ludmila Fontenele Cavalcanti UFRJ

EDITOR TÉCNICO

Fábio Marinho

REVISÃO

Maria Helena Torres

Nicole Leal

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral UFPE

Antônio Carlos Mazzeo USP

Arthur Trindade Maranhão Costa UNB

Christina Vital da Cunha UFF

Clarice Ehlers Peixoto UERJ

Elenise Faria Scherer UFAM

Ivanete Boschetti UFRJ

Jean François Yves Deluchey UFPA

Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ

Marcos César Alvarez USP

Maria Cristina Soares Paniago UFAL

Maria Helena Rauta Ramos UFRJ

Maria das Dores Campos Machado UFRJ

Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ

Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ

Ranieri Carli de Oliveira UFF

Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA

Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ

Publicação indexada em:

Latindex

Portal de Periódicos da Capes

IBICT

Base Minerva UFRJ

Portal de Revistas da UFRJ

Escola de Serviço Social - UFRJ

Av. Pasteur, 250/fundos

CEP 22.290-240

Rio de Janeiro - RJ





Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-


Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

 Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

 Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

 Clique [aqui](#) para baixar, instalar e utilizar gratuitamente o Adobe Reader.



Janine Moraes / Ministério da Cultura (via Wikimedia Commons)

Marcha das Mulheres Negras

APLICAÇÃO EM CAPA MODIFICADA COM A FERRAMENTA ADOBE FIREFLY IMAGE 2

Sumário

- DOSSIÊ EDITORIAL 183** **Feminismo decolonial em debate: perspectivas latino-americanas em políticas públicas e direitos humanos**
Lilia Guimarães Pougy & Ludmila Fontenele Cavalcanti
- DOSSIÊ ENSAIOS 186** **Perspectivas feministas decoloniais em algumas autoras: e o caso Brasis? Que políticas?**
Mary Garcia Garcia Castro & Tatiana de Paula Soares
- 210** **Fora da ordem: deslocamentos de insurgências feministas decoloniais** *Tatiana Dahmer Pereira*
- 230** **Corpo-território, os comuns e as mulheres quilombolas**
Maria Raimunda Penha Soares
- DOSSIÊ ARTIGOS 256** **O racismo e seus reflexos na saúde das docentes negras da UFRJ**
Rosimar Borges
- 276** **Trabalho feminino na formação social brasileira: aportes da Teoria da Reprodução Social** *Tahiana Meneses Alves*
- 301** **O feminismo decolonial e a interseccionalidade nas políticas públicas LGBTI+no Brasil (1998-2021)**
Henrique Rabello de Carvalho & Maria Celeste Simões Marques
- 324** **Uma crítica à reprodução da colonialidade cisgênera no feminismo decolonial** *Bruno Latini Pfeil & Cello Latini Pfeil*
- 349** **Políticas para mulheres: a luta por igualdade, direitos e enfrentamentos às violências**
Silvana Maria Escorsim & Beatriz Santana da Silva
- 375** **Entre a política e a política pública antirracista no Brasil: qual é a política da política pública brasileira?** *Luiza da Costa de Deus*
- 396** **A urbanização capitalista brasileira e o déficit habitacional: breve análise sobre a segregação espacial a partir de gênero e raça**
Joyce Kelly de Jesus Santos, André Henrique Mello Correa & Josefa de Lisboa Santos
- 420** **Descaso ou ferida colonial? Gênero nas políticas públicas educacionais no Brasil** *Susane Petinelli Souza*
- 445** **“Se o caminho é meu, deixa eu caminhar”:**
mulheres negras e identidades *Laurita de Queiroz Bomdespacho*



Para acessar os demais textos deste número clique aqui e veja o sumário online.

DOSSIÊ RELATOS DE EXPERIÊNCIA

- 458**
Metodologia de Atendimento Interdisciplinar do Centro de Referência para Mulheres Suely Souza de Almeida (NEPP-DH/UFRJ)
Bárbara Zilli Haanwinckel et alia
- 476**
Protagonismo feminino no PET de Humanidades e Letras da Unilab/Ceará (2013-2020) *Ana Cássia Alves Cunha et alia*
- 500**
As Ocupações do Movimento Olga: experiência popular de enfrentamento à violência patriarcal
Olivia Alves da Fonseca Aguera Nunes, Barbara Brame & Larissa Franco

Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Metodologia de Atendimento Interdisciplinar do Centro de Referência para Mulheres Suely Souza de Almeida (NEPP-DH/UFRJ)

Atendimento
Metodologia
Violência de gênero
Interdisciplinaridade

Este trabalho propõe apresentar a metodologia de atendimento interdisciplinar desenvolvida pelo Centro de Referência para Mulheres Suely Souza de Almeida (CRM) SSA/NEPP-DH/UFRJ no atendimento individual às mulheres em situação de violência de gênero. O fluxo de atendimento consiste em Acolhida, Acolhimento e Acompanhamento, realizado por profissionais do CRM-SSA, tendo como base princípios estruturantes como o respeito à autonomia, ao protagonismo e fortalecimento da mulher em seus direitos. Ratifica-se a importância do trabalho desenvolvido pelo Centro, no compromisso com a assistência às mulheres, com vistas ao enfrentamento à violência.

Interdisciplinary Care Methodology of Centro de Referência para Mulheres Suely Souza de Almeida (NEPP-DH/UFRJ)

This paper proposes to present the methodology of interdisciplinary care developed by the Reference Center for Women Suely Souza de Almeida - CRM-SSA/NEPP-DH/UFRJ in the individual care of women in situations of gender violence. The flow of care consists of Welcoming, Host and Monitoring, carried out by CRM-SSA professionals, based on structuring principles such as respect for autonomy, protagonism and strengthening of women in their rights. The importance of the work developed by the Center in its commitment to assistance to women is ratified, with a view to combating violence.

Care
Methodology
Gender-based Violence
Interdisciplinarity



**O Centro de Referência para Mulheres
Suely Souza de Almeida (CRM-SSA)**

A violência é um fenômeno sócio-histórico que se manifesta segundo normas sociais mantidas por usos e costumes ou por aparatos legais da sociedade (MINAYO, 2006). As ações dos sujeitos “não são produtos de um destino biológico, mas são, antes de tudo, construções sociais” (KERGOAT, 2001). Nessa perspectiva, faz-se necessário compreender que a violência de gênero contra as mulheres ocorre em um contexto de relações produzidas socialmente. Portanto, o seu espaço de produção é societal e seu caráter é relacional e integra o conjunto das desigualdades sociais estruturais de classe, étnico-raciais e de gênero (ALMEIDA, 2007). Por isso, o debate acerca das relações de gênero, baseadas na disputa de poder, na dominação e opressão entre os sujeitos, é de extrema relevância, tendo em vista a legitimação e a perpetuação das desigualdades e violências de gênero contra as mulheres na sociedade brasileira.

A violência contra a mulher é entendida como uma grave violação de direitos humanos, além de uma ofensa contra a dignidade humana e as liberdades fundamentais (OEA, 1994). Ao observar esse fenômeno, deve-se considerar a diversidade de mulheres e que algumas delas estarão mais vulneráveis a passarem por situação de violência. Para ilustrar essa questão, nota-se que, de acordo com dossiê da Associação Nacional de Transexuais e Travestis do Brasil - Antra (BENEVIDES, 2023), a expectativa de vida de uma mulher trans é de 35 anos, enquanto a das demais mulheres é de 80,1 anos (IBGE, 2019). Outros dados relevantes nesse sentido estão no Dossiê Mulher de 2022, no qual consta que a mulher negra foi a que mais realizou registro de ocorrência relacionado a violências em 2021, como física (56,4%), sexual (56,3%) e psicológica (51,4%) e de que as mulheres negras com filhos são as que recebem os menores salários (R\$ 2.362) da população brasileira (DIEESE, 2023). Dessa forma, fica evidente a relevância de se considerar os dados de classe, gênero e raça para análise da questão da violência de gênero contra as mulheres, devendo-se também considerar outros fatores, dentre eles a deficiência e a idade das mulheres.

Ainda sobre levantamento estatístico referente à violência contra a mulher, o 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2022) indica que em 2022 houve crescimento nos índices de



violência praticada contra mulheres, sendo 230.861 agressões por violência doméstica (aumento de 0,6%); 597.623 ameaças (aumento de 3,3%); 619.353 chamadas ao 190 (aumento de 4%) e 370.209 Medidas Protetivas de Urgência concedidas, correspondendo a um crescimento de 13,6%.

Diante desse contexto, destaca-se a necessidade do aumento de investimento em políticas públicas para mulheres e o quanto é fundamental a atuação dos Centros de Referência, ao considerar que estes constituem serviços especializados da rede de atendimento à mulher em situação de violência, sendo definidos enquanto:

estruturas essenciais do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, uma vez que visam promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação) à mulher em situação de violência (BRASIL, 2006).

Cabe destacar que a normatização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência se deu a partir de um contexto de profundas transformações sociais que ocorriam no país, durante o primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, através da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, desenvolveu, em parceria com o movimento feminista de mulheres e demais movimentos sociais, o Plano Nacional de Políticas para Mulheres.

Nesse sentido, este artigo tem por objetivo apresentar a metodologia do atendimento interdisciplinar desenvolvida pelo Centro de Referência para Mulheres Suely Souza de Almeida (CRM-SSA), no atendimento individual às mulheres que passam ou vivenciaram situações de violência de gênero.

Primeiramente, ressalta-se a importância da existência de dois Centros de Referência vinculados à Universidade Federal do Rio de Janeiro¹, sob o prisma do princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A universidade é um local de produção de conhecimento técnico-científico, com vistas ao enfrentamento aos problemas sociais emergentes. Desta forma, as ações de extensão, nas quais os Centros se inserem, têm um papel também fundamental ao





promoverem a interação dialógica entre a universidade e a comunidade por meio da promoção da assistência às mulheres em situação de violência, através das atividades propostas.

O CRM-SSA é um projeto de extensão do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos Suely Souza de Almeida (NEPP-DH), que pertence ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Este projeto iniciou as suas atividades em 2016, a partir do entendimento da necessidade de ampliação das ações já desenvolvidas desde 2004 na Vila do João, Complexo da Maré, pelo Centro de Referência de Mulheres da Maré Carminha Rosa (CRMM-CR). Ambos integram a rede de equipamentos da política de enfrentamento da violência contra a mulher do estado do Rio de Janeiro. Atualmente, o CRM-SSA, com exceção da profissional de limpeza e vigilantes, possui uma equipe formada por servidores(as) públicos concursados: três assistentes sociais, dois psicólogos, uma assistente em administração (formação em Letras) e duas técnicas em assuntos educacionais (formação em Letras e Pedagogia), tratando-se de profissionais com especialização, mestrado e/ou doutorado, que recebem supervisão mensal de uma professora colaboradora da Escola de Serviço Social da UFRJ. Cabe destacar que, visando à qualidade de serviço prestado, qualquer profissional, ao ingressar no CRM-SSA, passa por um período de capacitação com diversas leituras para se apropriar melhor da especificidade da temática, antes de ter contato com as mulheres que serão atendidas, ou que participarão de atividades coletivas.

O CRM-SSA, portanto, tem como objetivo realizar ações de prevenção e enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres. O seu funcionamento é regido pela Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência² (BRASIL, 2006), sendo base para referenciar as atividades a serem desenvolvidas no serviço.

Além do atendimento individual, objeto do artigo a ser detalhado em seguida, diversas ações coletivas são realizadas pelo CRM-SSA. Três delas, exclusivamente, para mulheres: “Oficina de Dança Raiz Mulher”, que se propõe a desenvolver as potencialidades de cada corpo, estimulando o conhecimento corporal e a autoestima, promovida em parceria com o Comunidade, projeto de extensão da Faculdade de Dança da UFRJ, o qual teve a participação de 54



mulheres em 2022; “Conversando sobre o corpo feminino”, rodas de conversa para mulheres sobre prevenção e cuidados ligados ao corpo, sexualidade e saúde da mulher, em parceria com o Instituto de Ginecologia da UFRJ, com 158 participações nas duas edições em 2022; e “Conhecendo sobre Pequenos Negócios”, oficina com mulheres que desejam conhecer ou abrir seu próprio negócio, com 12 participantes em 2022. Há, também, o Cine Debate, que consiste em uma ação educativa mensal voltada para todas as pessoas, por meio da exibição na plataforma Jitsi de um filme de ficção ou documentário que abordem temas relativos à discussão de gênero, seguido de debate transmitido no Youtube do CRM-SSA, com convidadas ligadas aos temas explorados. O Cine Debate exibiu em 2022 oito sessões com 341 participações. Também são exibidos dois a três webinários por ano com a temática relacionada às mulheres, com convidados(as) da comunidade interna e/ou externa à UFRJ, tendo em 2022 duas edições com 231 participações.

Outra atividade trata-se dos cursos de extensão para profissionais: “Ficha Única de Notificação de Maus Tratos e outras Violências” de 12 horas (52 participações na oitava edição em 2022), “Direitos Humanos no Atendimento ao Público” de 90h (sexta edição, 53 participantes em 2022), e “Enfrentando a Violência de Gênero Contra as Mulheres” de 20h (67 participantes em 2022). Estes cursos focam na capacitação de profissionais, principalmente para melhorar o atendimento prestado às mulheres, tanto dos serviços especializados, como os não especializados em situação de violência de gênero contra as mulheres. Privilegia-se os profissionais de saúde estarem devidamente sensibilizados para identificar sinais de violência, pois, em algum momento, mulheres irão acessar serviços nessa área, seja para o próprio cuidado ou para acompanhar familiares. Isso porque, as mulheres ainda permanecem como principais cuidadores dos membros de uma família (ARAÚJO; GAMA, 2017), o que torna essa política pública essencial para o enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres.

As ações realizadas foram construídas, especialmente, a partir da observação de questões trazidas durante o atendimento individual prestado às mulheres, onde se expôs, por exemplo, a falta de conhecimento e preparo de alguns profissionais sobre temáticas relacionadas à discussão de gênero. Isso, por



vezes, resultou em atendimentos não acolhedores por parte de algumas instituições e no entendimento de que seria importante realizarmos mais um curso voltado para profissionais abordando questões práticas. Também foram identificadas dúvidas ginecológicas em que se notou com frequência um escasso conhecimento do funcionamento do próprio corpo, consolidando a necessidade de parceria com o Instituto de Ginecologia. Igualmente, foi constatado o interesse de algumas em construir um negócio ou empreendimento pessoal em prol da sua independência financeira, o que inspirou a criação da oficina sobre pequenos negócios. Essas questões ressaltam o quanto o atendimento individual, com uma escuta sensível, qualificada e acolhedora é importante para a população, sendo, portanto, o assunto que aprofundaremos melhor a seguir.

Fluxo de atendimento: Acolhida, Acolhimento e Acompanhamento

Conforme já problematizado, a violência de gênero contra as mulheres ainda é uma realidade na sociedade brasileira. Esse tipo de violência, “conquanto relacional, é construída em bases hierarquizadas, objetivando-se nas relações entre sujeitos que se inserem desigualmente na estrutura familiar societal” (ALMEIDA, 2007). Ao longo da vida, os sujeitos interiorizam normas e valores a partir de suas inserções sociais (ROMANELLI, 2006). Estas construções sociais se pautam na manutenção das relações de poder e privilégios, dentro de uma lógica heterocisnormativa. Sob a perspectiva da interseccionalidade (CRENSHAW, 1989), que considera as múltiplas formas de identidades, há que se refletir também sobre a questão racial e de classe, onde tem-se a hegemonia do homem branco, de classe média e alta. Além disso, é relevante incluir outros possíveis recortes, como deficiências, o etarismo e a gordofobia.

No estado do Rio de Janeiro, os índices desse tipo de violência são alarmantes, como pode ser visto no Dossiê Mulher (ISP/RJ, 2021), o qual indica que em 2020, 33.371 mulheres realizaram registro de ocorrência de lesão corporal, 4.086 de estupro e 30.468 de ameaça. Diante desse cenário, a existência de espaços de escuta e de acolhimento às mulheres que passaram por esse tipo de situação torna-se extremamente necessário.





Desde 2016, com a implementação do CRM-SSA, são atendidas mulheres em suas diversidades, considerando os determinantes de gênero, classe social, deficiências, raça/etnia, aspectos geracionais, dentre outros. Em 2022, foram realizados 824 atendimentos, entre novos e retornos e em modalidades presencial e on-line. Destaca-se, dentre o público atendido, um número expressivo de mulheres em situação de vulnerabilidade, insegurança alimentar e com baixa inserção no mercado formal de trabalho. Ademais, muitas destas são beneficiárias de programas de geração de transferência de renda, como Auxílio Brasil e Bolsa família, Cartão Mulher Carioca e outros³, os quais se caracterizam como as únicas fontes de sobrevivência material.

As mulheres buscam atendimento no CRM-SSA por demanda espontânea ou chegam encaminhadas pelos demais serviços que integram a rede de atendimento. É importante destacar que a rede de atendimento às mulheres em situação de violência é parte constituinte da rede de enfrentamento à essa forma de violência, integrando o eixo da assistência, conforme descrito pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres. A rede de enfrentamento está organizada em quatro eixos (combate, prevenção, assistência e garantia de direitos) e o objetivo é a efetivação desses quatro eixos, por meio de atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não governamentais e comunidade, que devem dar conta do fenômeno da violência contra as mulheres em sua complexidade (BRASIL, 2011).

A rede de atendimento faz referência ao conjunto de ações e serviços de quatro setores/áreas - saúde, justiça, segurança pública e assistência social -, objetivando a ampliação e melhoria da qualidade do atendimento, identificação e encaminhamento das mulheres em situação de violência e a integralidade e humanização do atendimento (BRASIL, 2011). Tendo por base os setores que compõem a rede de atendimento, a organização dos serviços oferecidos às mulheres é classificada em duas categorias: serviços não especializados e serviços especializados. Os serviços não especializados são considerados porta de entrada da mulher na rede, como os hospitais gerais, serviços de atenção básica, programas de saúde da família, delegacias distritais, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) etc. Os serviços





especializados são aqueles que atendem exclusivamente as mulheres e que são especializados na temática da violência de gênero contra elas. São exemplos de serviços especializados: Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Casa Abrigo, DEAMs (Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher), Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, Ouvidoria da Mulher, unidades de saúde voltadas para o atendimento aos casos de violência sexual e doméstica etc. (BRASIL, 2011).

As mulheres atendidas pelo CRM-SSA são maiores de 18 anos. Não há exigência de pertencer a um território específico, com destaque para mulheres residentes em territórios conflagrados por forças paramilitares. O primeiro contato com o Centro pode ser feito de distintas formas, sendo elas via ligação telefônica, redes sociais, por e-mail ou se deslocando presencialmente por demanda espontânea da mulher. Ainda que esta seja referenciada por uma instituição da rede especializada ou não especializada, a orientação dada é que a própria mulher acione o serviço, sendo este um primeiro passo para a adesão ao atendimento a partir do seu desejo nesta realização.

Após esse primeiro contato e sendo do seu interesse, a mulher se insere propriamente no fluxo de atendimento do serviço, que se constitui nas etapas da *Acolhida*, *Acolhimento* e *Acompanhamento* que serão explicitadas abaixo.

Acolhida

É a “porta de entrada” das mulheres ao Centro. Em geral, a Acolhida é realizada por técnicos administrativos em Educação, com diferentes formações profissionais, e que passam por uma capacitação prévia sobre temática de gênero, promovida pelo CRM-SSA. Ao ser realizado o contato pela mulher via telefone e/ou WhatsApp, busca-se usar linguagem acolhedora e não julgadora que incentive sua adesão ao serviço. Em seguida, o contato telefônico da mulher é enviado para a assistente social disponível. Ela então faz o agendamento através do WhatsApp Business, avaliando com a mulher o meio que será feito o acolhimento. Em geral, após o período pandêmico, tem sido realizado de forma presencial e, quando necessário, por exemplo, quando a mulher



não tem dinheiro da passagem para se dirigir ao CRM-SSA ou está em grande risco que a impossibilita de deslocar, faz-se remotamente. Neste último caso, o atendimento é realizado pelo telefone ou plataformas virtuais.

Nos casos em que a mulher se dirige presencialmente ao CRM-SSA, busca-se, nesta primeira etapa, recepcionar de forma atenciosa e não julgadora, através de pequenas ações, como por exemplo, o oferecimento de um copo de água e a possibilidade de aguardar em sala reservada para maior privacidade. Em seguida, a mulher é referenciada para o acolhimento pelo Serviço Social e lhe são fornecidas informações gerais sobre o funcionamento do serviço, assim como sobre as atividades coletivas realizadas.

Acolhimento

O Acolhimento, segundo a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência para Mulheres (BRASIL, 2006), é caracterizado pelo atendimento individual à mulher que desejar ser atendida pelo Centro de Referência. Ainda segundo o documento, esse atendimento inicial deve ser realizado por uma dupla de profissionais: uma psicóloga(o) e uma assistente social. Contudo, conforme mencionado, devido ao número reduzido de profissionais, principalmente de psicólogos lotados no CRM-SSA, o acolhimento é realizado apenas por uma assistente social. O objetivo do acolhimento é realizar uma escuta ativa, atenta, qualificada, sem julgamentos e respeitosa em relação à trajetória de vida da mulher e seu histórico de violência. Esse é o momento em que deve ser estabelecida uma relação de confiança e vínculo com ela junto ao serviço. Conforme nos aponta Soares (2005, p. 49),

Escuta ativa não é aconselhamento nem terapia. É uma maneira solidária de administrar o diálogo, de forma a ajudar a pessoa escutada a restaurar um laço de confiança, na medida em que se sinta compreendida e respeitada. Segundo o modelo da escuta ativa, que pode ser adotada em relações face-a-face ou por telefone, a postura de quem ouve é tão ou mais importante do que aquilo que se diz para a pessoa atendida.

Para o atendimento, com destaque neste artigo às etapas do Acolhimento e Acompanhamento, cabe atentar a algumas armadilhas que a referida autora apresenta. Sobre isso, alguns cuidados são necessários, dentre eles o de não se paternalizar,



infantilizar e culpabilizar a mulher, levando em consideração o seu processo de autonomia, não desautorizando-a de tomar suas próprias decisões a partir das orientações realizadas. Para tanto, é fundamental uma postura profissional que não culpabilize a mulher pela situação vivenciada; que contribua ao seu fortalecimento e não reforce a sua vitimização na perspectiva do enfrentamento e prevenção à violência.

Além disso, o Acolhimento tem como objetivo inicial, com desdobramentos posteriores no acompanhamento, identificar os tipos de violência que a mulher está vivenciando; elaborar um plano de segurança em conjunto com ela; identificar os riscos a que ela está sujeita; avaliar quais as necessidades que essa mulher apresenta e apontar os encaminhamentos possíveis e necessários, além de esclarecer quaisquer dúvidas que ela possa ter. O instrumento utilizado para isso é a ficha social que foi construída pelos profissionais da equipe técnica.

Cabe destacar que, no Acolhimento, a mulher é informada que o Centro de Referência não é local de denúncia policial (RO), não possui vinculação com o judiciário, como também não há a exigência de que ela realize previamente o registro de ocorrência policial para ser atendida. Em todo o atendimento, a mulher é considerada como um sujeito de direitos e respeitada em sua autonomia, principalmente de escolher o que tem interesse em fazer naquele momento, e são fornecidas as informações necessárias em sua tomada de decisão.

Acompanhamento

A partir dos processos anteriormente realizados, dá-se continuidade ao acompanhamento social, psicológico e/ou psicossocial da mulher, considerando a necessidade de um processo de escuta ativa, qualificada e especializada, bem como de encaminhamentos necessários à rede de atendimento especializada e não especializada, que se prolongue para além do acolhimento inicial. A periodicidade e continuidade do acompanhamento varia de acordo com as demandas apresentadas, levando em consideração os fatores de risco, adesão da mulher, permanência na situação de violência, dentre outros.

O acompanhamento da mulher atendida pode ser realizado somente pelo Serviço Social, pela Psicologia ou por profissionais





de ambas as especialidades conjuntamente. No caso do atendimento do Serviço Social, esse ocorre desde o primeiro atendimento/Acolhimento por meio da escuta da história de vida da mulher. Busca-se em todos os momentos verificar vulnerabilidades e acesso às políticas de saúde, renda, direitos previdenciários, habitação, dentre outros. A partir disso, as profissionais fornecem informações e conversam com a mulher sobre possíveis encaminhamentos para acesso a direitos sociais básicos, como retirada de documentos, serviços de psicologia ou atendimento jurídico, órgãos de assistência social, como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Em casos de grave ameaça, com risco de feminicídio, é fornecida a possibilidade de ser realizado o encaminhamento para ações mais complexas, como abrigo, que no município do Rio de Janeiro ocorre por meio do Centro Especializado de Atendimento à Mulher Chiquinha Gonzaga, Centro Integrado de Atendimento à Mulher Márcia Lyra ou Central Judiciária de Abrigo Provisório da Mulher Vítima de Violência Doméstica (CEJUVIDA). Caso seja do interesse da mulher, há articulação com outras instituições para o devido encaminhamento, com vistas a garantir o acesso a seus direitos. A atuação do Serviço Social pauta-se nos princípios fundamentais do Código de Ética profissional (1993), destacando o respeito à liberdade, a autonomia e a diversidade e a defesa intransigente dos direitos humanos.

A continuidade do acompanhamento pode se dar apenas pelo Serviço Social, quando a mulher ainda apresenta demandas de acesso a direitos que necessitem de orientações e não há demanda ou queixa explícita relacionada à área da psicologia. Se, por outro lado, a demanda da mulher centrar-se mais em questões psicológicas, em especial sintomas psicológicos ou sofrimento psíquico relacionados a uma situação de violência que esteja vivenciando ou tenha vivenciado, prioriza-se o acompanhamento pela(o) profissional de Psicologia. Por fim, caso seja verificada a necessidade de uma escuta e intervenção mais ampla, opta-se pelo acompanhamento psicossocial, realizado em conjunto por profissionais de ambas as áreas de atuação.

O atendimento psicossocial tem por objetivo promover o resgate da autoestima da mulher em situação de violência e sua autonomia, auxiliando-a na busca e implantação de mecanismos de proteção e/ou auxiliá-la na superação do impacto da violência





sofrida (BRASIL, 2006). Ao longo dos anos, alguns resultados qualitativos podem ser observados, como, por exemplo, uma mulher que em razão de romper com a situação de violência, ficou em vulnerabilidade social e declarou que por causa dos atendimentos se sentiu suficientemente fortalecida para organizar a retomada de um imóvel alugado, que também estava em seu nome, morando hoje em dia nesse local.

Tanto no acolhimento quanto no acompanhamento desenvolvido pelo CRM-SSA, podem ser identificadas, também, demandas jurídicas. Neste caso, o encaminhamento é realizado para o Núcleo Especializado de Atendimento à Mulher da Defensoria Pública (NUDEM-RJ).

Nesse contexto, define-se como Acompanhamento o desdobramento do primeiro atendimento/acolhimento, como o momento em que a mulher traz os resultados ou possíveis dificuldades que ela teve em proceder com os encaminhamentos realizados, assegurando, ainda, um espaço de escuta qualificada e sensível. Assim, promove-se a livre expressão e reflexão crítica sobre a sua dinâmica de vida. O atendimento oferecido pelo Centro de Referência não tem um tempo predeterminado, é realizado de forma contínua, de acordo com a necessidade de cada mulher. Isso porque, entende-se que para alcançar o objetivo de romper com a situação de violência, conforme expresso na Norma Técnica (BRASIL, 2006), cada mulher em atendimento vai ter o seu momento para isso, não tendo um padrão de tempo. Os atendimentos subsequentes são, em geral, agendados semanalmente ou de acordo com a necessidade de cada mulher e, também, não há uma quantidade específica. Tanto no momento do acolhimento, como nos atendimentos subsequentes, devem ser refletidas com a mulher questões relativas ao machismo, sexismo, relações desiguais de poder, papéis atribuídos aos gêneros etc., pois essas questões são estruturantes das relações de desigualdade e, conseqüentemente, da violência contra a mulher. Para propor essa reflexão, os profissionais devem estar capacitados na temática referente aos direitos humanos, com foco nas questões de gênero, bem como ter o conhecimento da Política de Enfrentamento da Violência contra a Mulher, como forma de se instrumentalizar e garantir o atendimento integral e de qualidade.





Para tanto, é preciso considerar, como dito acima, o caldo cultural de uma sociedade patriarcal, machista, misógina, sexista, racista e LGBTfóbica, que promove a desigualdade de gênero e a manutenção de estruturas de poder. Nesse sentido, durante os atendimentos é primordial considerar diferentes áreas no olhar sobre o fenômeno da violência de gênero em seus aspectos subjetivos, conjunturais e estruturais. Isso é fundamental para o fortalecimento individual e coletivo das mulheres. É essencial, também, que o profissional tenha um olhar interseccional que considere os atravessamentos de raça, classe, território, etarismo e capacitismo, dentre outros, nas relações de violência baseadas no gênero.

A esse respeito, “a interseccionalidade surge como uma ferramenta para localizar aquele que é tido como o Outro, esse que foge da cisheteronormatividade compulsória, da branquitude, do patriarcado, e de outras estruturas de dominação” (DUARTE; OLIVEIRA; IGNACIO, 2020, p. 156). Considerando o que os autores trazem sobre a importância da análise das condições estruturais que atravessam os corpos, faz-se primordial as reflexões junto às mulheres, tendo em vista o enfrentamento às situações de violência sob o prisma cultural, político, social, dentre outros.

Cabe ressaltar brevemente alguns dos resultados do trabalho desenvolvido, fazendo um recorte do ano de 2023 (até início de setembro) dos atendimentos de primeira vez e acompanhamentos das mulheres acolhidas pelo Centro. Neste sentido, a equipe conta com um total de 460 atendimentos psicossociais desde a Acolhida até os Retornos, conforme descrito no fluxo de atendimento acima. Atualmente o Centro possui cerca de 60 mulheres acompanhadas. Os resultados qualitativos são muitos, na medida em que o trabalho desenvolvido ocorre no fortalecimento das mulheres para ruptura com o ciclo de violência de forma contínua, respeitando, para tanto, o percurso de cada uma.

Princípios metodológicos estruturantes do trabalho interdisciplinar do CRM-SSA

Durante o percurso do acompanhamento, independentemente da(s) área(s) profissional(is) vinculada(s), são seguidos alguns princípios fundamentais, já adotados desde o acolhimento. Dentre eles, a não tutela da mulher, a preservação e o incentivo à construção da sua autonomia, o fortalecimento da mulher como





sujeito de direitos, o protagonismo e a independência (emocional e/ou material) para uma possível saída e/ou ruptura com a situação de violência.

A abordagem metodológica adotada pelo CRM-SSA baseia-se nos princípios e diretrizes da Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres e a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência para Mulheres, sendo estas fortemente influenciadas por Convenções e Instrumentos Internacionais como a Declaração de Viena, a Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, da Organização das Nações Unidas, conhecida por CEDAW, e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, da OEA, conhecida como Convenção de Belém do Pará. A legislação internacional mencionada está refletida na legislação nacional, definindo um marco legal protetivo de direitos humanos das mulheres, com a sanção das leis n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), Lei n.º 12.015/2009 (Crimes Sexuais), Lei n.º 13.104//2015 (Feminicídio) e a Lei n.º 13.718/2018 (Importunação Sexual).

Ressalta-se, também, o foco nos direitos humanos das mulheres como garantias universais e legais que visam protegê-las das ações e omissões que afetam a liberdade e a dignidade humana das mesmas; estes são baseados no respeito e na equidade de gênero e raça.

Nesse quadro, as detentoras de direitos são encorajadas a reivindicá-los e têm o direito de fazê-lo. Isto quer dizer que as mulheres devem ser vistas como titulares de direitos e terem liberdade para dizer sim ou não, não devendo ser receptoras passivas de informações e normas. A abordagem fundamentada nos direitos humanos intervém numa lógica histórica de atendimento, cujo campo de intervenção é o da política de atendimento, norteador sua ação no sentido da transformação de realidades que produzem violações de direitos, não se limitando apenas ao atendimento das necessidades individuais, mas agindo nos fatores estruturais que determinam as vulnerabilidades verbalizadas pelas mulheres.





Considerações finais

Este artigo apresenta parte do trabalho desenvolvido pela equipe do CRM-SSA no tocante ao atendimento e acompanhamento às mulheres em situação de violência de gênero no estado do Rio de Janeiro.

Diante do exposto, reafirmamos a importância da existência dos Centros de Referências de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, no acolhimento qualificado e humanizado, com vistas à priorização das necessidades e direitos das mulheres atendidas. Para tanto, faz-se fundamental o desenvolvimento do fluxo de atendimento, sob os princípios metodológicos apresentados.

Por esta razão, é fundamental que haja investimento na capacitação, formação continuada e na supervisão dos profissionais para que superem qualquer resquício da abordagem orientada exclusivamente pelas necessidades; onde o atendimento limita-se ao indivíduo descolado do contexto sociopolítico. Nessa direção, os profissionais que realizam o atendimento especializado devem reivindicar o direito ao autocuidado para que tenham saúde psíquica que os permita realizar um trabalho humanizado e de qualidade técnica. Para tanto, é necessário investimento orçamentário e financeiro nas políticas públicas destinadas às mulheres, permitindo, assim, a manutenção de supervisores especializados na temática.

Sendo assim, muitos são os desafios postos, considerando as carências materiais e humanas para a manutenção e continuidade do trabalho desenvolvido pelo CRM-SSA. Salienta-se, também, o crescente cenário de sucateamento das instituições públicas federais de educação superior, que se reflete nas verbas destinadas ao serviço. Além disso, há necessidade premente de aumento no quadro de servidores, com vistas a possibilitar a ampliação das ações coletivas desenvolvidas e acolhimento à demanda crescente de atendimento pelos profissionais de Serviço Social e Psicologia, considerando, inclusive, o quadro de adoecimento psíquico que se soma às violências de gênero vivenciadas.

Outrossim, reafirmamos o compromisso do CRM-SSA, tanto no eixo da assistência pelo atendimento às mulheres como nas atividades de prevenção e enfrentamento à violência de gênero.



Além disso, sendo ele pertencente à Universidade Federal do Rio de Janeiro, sua missão institucional está relacionada à formação de estudantes (nas atividades de estágio, pesquisa e extensão) e profissionais, sendo mister o processo de sistematização da experiência com vistas à troca de conhecimento entre a universidade e a comunidade.

Referências

ALMEIDA, Suely Souza de. Essa violência mal-dita e Posfácio: Algumas tendências teóricas do estudo de gênero. *In: ALMEIDA, Suely Souza de. Violência de Gênero e Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. p. 321-254.

ARAÚJO, Clara; GAMA, Andréa (org.). *Entre a casa e o trabalho: gênero e família no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Abe Graph Gráfica e Editora, 2017.

BENEVIDES, Bruna G. (org.). *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022*. Brasília, DF: Distrito Drag; Antra, 2023.

BRASIL. *Norma Técnica de Uniformização: Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência*. Brasília: Presidência da República; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/SPM-Rede-Enfrentamento-VCM-2011.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2023.

CRENSHAW, Kimberlé W. "Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics". University of Chicago Legal Forum, 1989. p. 139-167.

DIEESE. *As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho*. Boletim Especial 8 de março Dia da Mulher. 2023.

DUARTE, Marco José de Oliveira; OLIVEIRA, Dandara Felícia Silva; IGNACIO, Késia Mayra Rodrigues. Gênero, Raça e Sexualidade: Uma proposta de debate interseccional?. *In: IRINEU, Bruna Andrade et al. (org.). Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: temas emergentes*. 1. ed. Salvador: Devires, 2020, v. 1, p. 153-170.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=15>. Acesso em: 01 set. 2023.

IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. *Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2010-2060*. 2019.

ISP RJ. *Dossiê Mulher 2021*. 16. ed. Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Segurança Pública, 2021. Disponível em: https://arquivo.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/DossieMulher2021.pdf. Acesso em: 09 out. 2023.

KERGOAT, Daniele. A relação social do sexo Da reprodução das relações sociais à sua subversão. *In: Actuel Marx*, Paris, n. 30, p. 85-100, 2. sem. 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Violência e Saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). *Convenção Interamericana para a Prevenção, Punição e Erradicação da Violência contra a Mulher (“Convenção de Belém do Pará”)*. 1994.

ROMANELLI, Geraldo. O significado da alimentação na família: uma visão antropológica. *Medicina*, Ribeirão Preto. v. 39, n. 3, jul./set. 2006.

SOARES, Barbara M. *Enfrentando a violência contra a mulher*. Orientações práticas para profissionais e voluntários(as). Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cgvs/usu_doc/ev_vio_ta_2005_enfrentando_a_violencia_contra_a_mulher.pdf. Acesso: 04 out. 2023.

Notas

1 Centro de Referência para Mulheres Suely Souza de Almeida da UFRJ - Endereço: Praça Jorge Machado Moreira, 100 Cidade Universitária - Ilha do Fundão – RJ. Telefones: (21) 39380600/3938.0603. crmssa.ufrj@gmail.com @crmssaufrj

Centro de Referência de Mulheres da Maré Carminha Rosa da UFRJ - Endereço: Rua Éden, s/n - Vila do João - Complexo da Maré – RJ. Telefone: (21) 3938.0322. crmm.ufrj@gmail.com @crmmmare ↑

2 “Documento estabelecido por consenso e aprovado por uma instituição reconhecida que fornece, para uso comum e repetido, regras, diretrizes ou características para produtos, processos ou métodos de produção conexos, cujo cumprimento não é obrigatório” (BRASIL, 2006, p. 14). ↑

3 Implementado em janeiro de 2022, consiste em auxílio financeiro de R\$ 500 para mulheres em situação de violência doméstica e vulnerabilidade social atendidas pela rede de enfrentamento à violência na capital fluminense. ↑



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado em janeiro de 2024 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).